

Direito Penal Especial

GRUPO III | Questões utilizadas na Prova Oral

21 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 6 | Questão 06

Pedro, após consumir bebida alcoólica, estava conduzindo seu veículo em alta velocidade e estado de embriaguez, quando veio a atropelar Renata e causar-lhe a morte. Pedro foi preso em flagrante, sendo os autos remetidos ao Ministério Público para a formação da *opinio delicti*.

- a) Distinga dolo eventual de culpa consciente e indique a tipificação correspondente a cada hipótese no caso.
- b) A equação "embriaguez + velocidade excessiva" caracteriza dolo eventual, segundo o entendimento atual do STJ?
- c) Supondo que o atropelamento de Maria tenha sido na faixa de pedestre, mediante avanço do sinal vermelho, e que Pedro não tenha prestado socorro, empreendendo fuga após a colisão, a resposta se mantém?

Tarde | Ponto 7 | Questão 07

Ana rompeu a união estável com Carlos e obteve medidas protetivas de urgência contra ele. Inconformado, Carlos passou a enviar-lhe mensagens diárias dizendo que ela "pagaria onde mais doía". Valendo-se de uma visita ao filho comum, de 5 anos, levou a criança para outra cidade, fez uma chamada de vídeo com Ana, e matou a criança, remetendo à mãe fotografias do corpo.

- a) Qual o tipo de violência praticado por Carlos contra Ana, e qual a sua tipificação legal?
- b) Como deverá ser tratada eventual tese defensiva de que não houve violência direta contra Ana?
- c) Considerando que no crime de feminicídio a majorante do artigo 121-A, § 2º, III, do CP prevê expressamente o aumento de pena se o crime é praticado "*na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima*", o que não foi reproduzido pelo legislador na majorante do crime de vicaricídio do artigo 121-B, § único, I do CP, ao aumentar a pena se o crime for praticado "*na presença da mulher a quem se pretende causar sofrimento, punição ou controle*", poderá ser aplicada a majorante no caso descrito no enunciado?

22 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 4 | Questão 04

O Ministério Público ofereceu denúncia pelo crime de ameaça (art. 147 do CP), infração de menor potencial ofensivo, de competência do Juizado Especial Criminal, sob o rito sumaríssimo da Lei nº 9.099/95. A denúncia, contudo, foi rejeitada pelo juízo.

- a) Qual o recurso cabível contra a decisão que rejeita a denúncia sob o rito da Lei nº 9.099/95?
- b) Qual o órgão competente para julgar o recurso? Deverá ser proferido acórdão em qualquer hipótese?
- c) Caso seja interposto o recurso em sentido estrito (RESE) pelo membro do MP com atuação perante o Juizado Especial Criminal (JECRIM), que não foi conhecido pelo órgão competente por inadequação da via eleita, qual a tese jurídica que poderá socorrer a pretensão ministerial?

Tarde | Ponto 2 | Questão 02

Em blitz de rotina feita por agentes de Segurança Pública, determinado motorista recebeu ordem de parada. Na fiscalização do veículo, foi encontrada uma pluralidade de armas de fogo, sendo o material apreendido e o motorista conduzido à Delegacia de Polícia, onde foi lavrado o auto de prisão em flagrante.

- a) Supondo que, após a realização de perícia no material apreendido, seja constatado que todas as armas de fogo apreendidas eram de uso restrito, deverá o Ministério Público oferecer denúncia por crime único ou em concurso de crimes para cada arma apreendida?
- b) Agora suponha que, após a realização de perícia no material apreendido, seja constatado que parcela das armas de fogo apreendidas eram de uso permitido e outra parcela de uso restrito, a resposta se mantém?
- c) Supondo que o agente, ao receber a ordem de parada, utilizasse uma das armas portadas para efetuar um disparo com a arma apontada para cima, como represália por ter sido parado, sem qualquer intenção de atingir os policiais, tampouco de desobedecer à ordem policial. Há concurso de crimes de porte e disparo ou deve incidir o princípio da consunção?